



Publicado no
Mural do FAPSPMG

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

PRAÇA JOÃO ACACINHO, Nº 01, CENTRO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18/12/25
[Signature]
Iane Maria dos Santos
Gerente de Benefícios
Decreto: 13.719/2025

DECRETO Nº. 14.341/2025

INSTITUI O RECADASTRAMENTO DOS
SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO
PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e consoante os termos do Processo nº 7642/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de obter o armazenamento dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores ativos da administração direta e autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, bem como dos ativos, inativos e pensionistas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores da Prefeitura Municipal de Guaçuí - FAPSPMG e, ainda, os dependentes, para fins de manutenção das informações cadastrais no Sistema de Recursos Humanos da Administração Direta e Indireta do Poder Público do Município de Guaçuí, para gestão de pagamento de pessoal, bem como cumprimento de obrigações previdenciárias, fiscais e atuariais;

CONSIDERANDO a necessidade de segurança na identificação do servidor para fins de atualização dos dados pessoais, evitando possíveis fraudes em decorrência do mau uso dos dados;

CONSIDERANDO a necessidade da atualização de dados para atender ao Programa eSocial, do Governo Federal, já implantado na Administração Direta e Indireta do Poder Público do Município de Guaçuí;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o cadastramento periódico obrigatório a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Público do Município de Guaçuí.

Art. 2º. Os servidores deverão cadastrar periodicamente no mês do aniversário, com a finalidade de manter atualizado os dados cadastrais.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se também aos servidores afastados, licenciados, cedidos e permutados;

§ 2º. No caso de servidores que acumulem cargos conforme previsto no Art. 37, inciso XVI e alíneas da Constituição Federal de 1988, o cadastramento deverá ser procedido em cada um dos vínculos;

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, juntamente com a Superintendência de Recursos Humanos, regulamentar através de Portaria, os procedimentos para viabilizar a atualização cadastral anual, com início no ano civil de 2019, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

PRACA JOÃO ACACINHO, Nº 01, CENTRO

Iane Maria dos Santos

Gerente de Benefícios

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Público de Referência: 13/19/2025
Município de Guaçuí.

Art. 3º. O recadastramento será efetuado com dados a serem comprovados mediante apresentação de cópia dos documentos que compreende:

- I) Cópia da Carteira de Identidade;
- II) Cópia da Carteira de Registro no Conselho de Classe (CRM, OAB, CRESS, CREA, COREN, CRO ou outro);
- III) Cópia da Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- IV) Cópia da Carteira de Trabalho (página da foto e verso);
- V) Cópia do Título Eleitoral;
- VI) Cópia da Carteira de Motorista (Habilitação Categoria "D", no mínimo, obrigatório, apenas, para os servidores cujos cargos requerem esse pré-requisito;
- VII) Cópia do Certificado de Reservista (se homem) até o limite de 45 anos de idade;
- VIII) Cópia da Carteira de classificação sanguínea;
- IX) Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento, atualizada;
- X) Cópia da Certidão de Nascimento e do CPF (RPPS – filhos até 18 anos; filho estudante até 24 anos, com Declaração da Instituição de Ensino; filho inválido, com relatório médico constando o diagnóstico que comprove a incapacidade do filho ou filha) (RGPS – filhos até 14 anos com cópia da carteira de vacinação e declaração de frequência escolar; filhos até 21 anos para dependente do IRRF);
- XI) Cópia da Certidão de Casamento ou União Estável e do CPF do cônjuge;
- XII) Cópia do extrato do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil);
- XIII) Cópia do comprovante de escolaridade;
- XIV) Cópia do comprovante de residência e número de telefone fixo e celular;

§ 1º. No caso de filho estudante até a idade de 24 anos, deverá ser apresentado, anualmente, declaração da Instituição de Ensino, comprovando que ainda é estudante.

§ 2º. Enquanto não for digitalizado os documentos no Arquivo Digitalização de Documentos no Sistema de Recursos Humanos da Prefeitura, SAAE e FAPSPMG, será obrigatório a apresentação da cópia dos documentos.

Art. 4º - O Município de Guaçuí deverá manter registro individualizado dos segurados e beneficiários do RPPS, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I – nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
- II – matrícula e outros dados funcionais;
- III – valores mensais das remunerações, subsídios e proventos e das bases de cálculo das contribuições;
- IV – valores mensais da contribuição do segurado e do beneficiário;
- V – valores mensais da contribuição do ente federativo; e
- VI – Certidão de Tempo de Contribuição – CTC.



15 / 12 / 2025

Jane Maria dos Santos
Jane Maria dos Santos
Gerente de Benefícios

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

PRAÇA JOÃO ACACINHO, Nº 01, CENTRO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decreto: 13.719/2025

Art. 5º. As bases de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos segurados e beneficiários do RPPS a serem utilizadas nas avaliações atuariais deverá conter, dentre a seguinte informação:

I - as informações relativas a seus dependentes, tais como a quantidade, data de nascimento, condição do cônjuge, se válido ou inválido.

Art. 6º. Os servidores que não realizarem o recadastramento dentro do prazo regulamentado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos e a Superintendência de Recursos Humanos, no mês do aniversário, ficarão sujeitos a adoção de sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guaçuí, em razão do descumprimento de normativa legal.

Art. 7º. Os servidores que ao efetuarem o recadastramento prestarem informações inverídicas, além de ficarem sujeitos às sanções do Estatuto dos Servidores Públicos, igualmente estarão sujeitos a responder civil ou criminalmente pelos dados informados, dentro do que couber o caso em tela.

Art. 8º. O recadastramento será feito presencialmente no setor de Recursos Humanos da Administração Direta ou Indireta a que o servidor estiver vinculado ou pelo aplicativo Whatzapp.

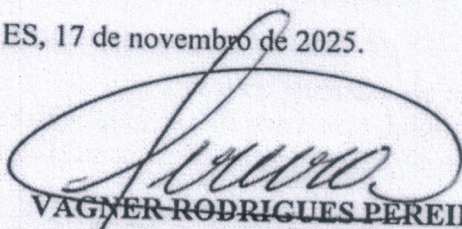
Art. 9º. O servidor do setor de Recursos Humanos da Administração Direta ou Indireta, que fizer o recadastramento do servidor será responsável pela informação no Arquivo Recadastramento constante no Sistema de Recursos Humanos.

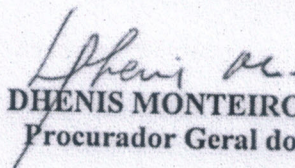
Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.

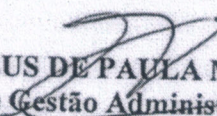
Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 11.024/2019.

Guaçuí - ES, 17 de novembro de 2025.


VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal


DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município


MATEUS DE PAULA MARINHO
Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos